

INFORMATIVO SINDISERI

CAMPANHA INTERNÍVEIS E URV É LANÇADA COM SUCESSO!



INTERNÍVEIS E URV, só depende de você! Corrija esta Injustiça.





Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário (Sindiserj)

HEÇA A PAUTA DE REIVINDICAÇÕES DO SINDISERJ PÁGINA 4





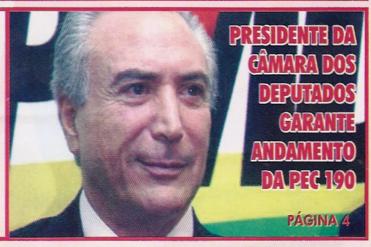
SOLUÇÃO NEGOCIADA PARA URV

PÁGINA 4

134,9%

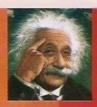
MAIS UMA VITÓRIA NO PROCESSO DA

Na manhã de hoje (01.04) fora improvido pelo Tribunal Pleno os embargos de declaração interposto pelo Estado. A decisão que reconhece o direito à URV para todos os servidores do TJ/SE continua mantida.





Editorial



Idealizamos este informativo que tem como objetivo informar ao servidor do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe, as ações que norteiam hoje a diretoria do sindicato, representante da categoria em nosso Estado. É importante salientar que as lutas travadas pela atual diretoria consistem, única e exclusivamente, em melhorar as condições de vida e trabalho da nossa categoria.

Poderiamos apresentar várias bandeiras de lutas da atual diretoria, quem não se lembra do PCS (Plano de Cargos e Salários), que foi a principal reivindicação do ano passado. Não esqueçamos da sessão do choque, não esqueçamos da sessão do dia 17/12, que inclusive encontra-se em julgamento no STF, não abandonamos o nosso PCS, inclusive apresentamos na pauta de reivindicações ao atual Des. Presidente um ante projeto do plano, mas neste momento, queremos salientar a nossa luta atual pelo direito da URV e os INTERNIVEIS.

Precisamos companheiro da sua participação, nas atividades desenvolvidas pelo nosso sindicato, quando lançamos uma campanha como esta "GOVERNADOR, INTERNIVEIS E URV SÓ DEPENDE DE VOCÊ", necessitamos contar com a solidariedade do servidor. Precisamos e estamos sim, contando com a participação efetiva do servidor, não se cale, não estamos fazendo uma campanha contra ninguém, estamos sim, lutando por nossos direitos, participe, procure-nos, estamos a sua disposição, o sindicato é um só, os homens do poder apostam na divisão para o enfraquecimento do movimento.

A conjuntura democrática atual leva-nos a uma reflexão. Somos gente, somos servidores e faze-mos parte da sociedade civil organizada, precisamos respeitar as instituições, mas necessitamos também que elas (as instituições) mantenham o respeito conosco, serventuários da justiça estadual.

OPINIÃO: PÁGINA DA IMPRENSA SINDICAL

É preciso cuidado

A CADA PERÍODO DE DOIS ANOS que se encerra, as expectativas dos servidores da Justiça se renovam. É a época em que os debates sobre a "sucessão" na chefia do Poder Judiciário se intensificam. Num ano de eleições gerais, os palpites sobre o futuro são ainda mais freqüentes. Mas não há por que alimentar expectativas. Faz muito tempo que a cúpula do Judiciário - representada por desembargadores que se revezam em cargos de mando - vem dando prioridade aos interesses da magistratura. Para o funcionalismo, a indiferença e a falta de respeito se transformaram numa regra que não dá sinais de que será revogada tão cedo.

Não é de hoje que os direitos dos trabalhadores vêm sendo pisoteados. Esse "fenômeno" é conseqüência direta de uma política que pretende esvaziar as estruturas do Estado. Não há saída. Ou os servidores lutam pelo que lhes pertence ou serão esmagados pela vaga neoliberal. Por isso é inútil ficar esperando resultados cada vez que o Judiciário anuncia estar "sob nova direção". Na verdade, nada de novo acontecerá, ao menos enquanto não se mudar a estrutura da administração pública.

A necessidade de lutar nunca deixou de estar presente. Nos últimos anos, todas as conquistas do funcionalismo foram conseqüência de confrontos com os donos do poder. Todas. Nada veio de graça, como fruto da liberalidade de autoridades preocupadas com uma tragédia social, que não pára de crescer. Isso não existe. Em lugar de esperar passivamente que um grupo restrito de magistrados "eleja" os representantes de um Poder fundamental para a democracia, cabe aos trabalhadores exigir participação no processo de escolha. Cabe a eles denunciar a imoralidade das sessões administrativas "secretas" - a antítese da democracia - que contaminam os tribunais brasileiros. Cabe destacar a necessidade de que o Judiciário funcione de forma autônoma, livre de interferências políticas e econômicas da elite que suga a riqueza do País e o sangue dos miseráveis.

Essas questões, mais amplas do que a luta imediata por salário, têm que ser enfrentadas. Ou tudo vai ficar como está. É preciso cuidado. Cuidado para saber de que lado estão os atores da vida política. Cuidado para não entregar o futuro nas mãos de quem está destruindo os empregos e a esperança de milhões de pessoas. Cuidado na hora de votar.

Os sonhos ajudam a construir a vida, e é bom que seja assim. Mas viver apenas de ilusões pode se tornar um caminho perigoso.

Consciência & Luta nº 161

Expediente



DO ESTADO DE SERGIPE

Rua Maruim, 510 - Tel.: (79)3211-7857
Site: www.sindiserj.com.br
E-mail: sindiserj@sindiserj.com.br

DIRETORIA EXECUTIVA

HÉLCIO EDUARDO AMPARO ALBUQUERQUE
PRESIDENTE
JOSÉ ANSELMO CARDOSO
SECRETÁRIO GERAL
PAULO ROBERTO FREITAS DANTAS
SECRETÁRIO DE ECONOMIA E FINANÇAS
ALBANO FERREIRA MELO
SECRETÁRIO DE ASSUNTOS PARLAMENTARES
KLEBERSON CARLOS PINTO
SECRETÁRIO DE DIVULGAÇÃO, MOBILIZAÇÃO E IMPRENSA
MÍRIAN LIGIA DA SILVA LIMA
SECRETÁRIA DOS APOSENTADOS E PENSIONISTAS
ESDRAS CARVALHO SANTOS
SEGUINDO SUPLENTE DA DIRETORIA EXECUTIVA

MARCOS OLIVEIRA DA COSTA PRESIDENTE DO CONSELHO FISCAL DÁRIO MARQUES SANTOS SECRETÁRIO DO CONSELHO FISCAL

O "Luta Sindical" é uma publicação que vai ser elaborada mensalmente pela diretoria do Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário do Estado de Sergipe, com o intuito de divulgar as atividades da entidade com os servidores da Justiça Estadual. Órgão oficial do Sindicado dos Servidores do Poder Judiciário do Estado de Sergipe.

Responsável Júnior Valadares DRT 6009/BA

Diagramação: Júlio Omena - 8819-8057

2 3

A Ação Judicial que trata de Interníveis, foi proposta há mais de 18 anos. Interníveis consiste em que a cada dois anos haja um aumento de 6% (seis por cento) na remuneração dos serventuários e que estes tenham 20% (vinte por cento) de promoção a cada 10 (dez) anos de trabalho. Este Processo foi julgado procedente em primeira instância, isto é a ação foi ganha pelo Sindicato e já foi reconhecida pelo Pleno do TJ/SE. Atinge a todos os servidores do judiciário sergipano. O processo se encontra com a sentença TRANSITADO EM JULGADO. O que significa que não cabe mais recurso, e já entrou em fase de execução. A única dificuldade para o efetivo desdobramento rápido da execução de sentença encontra-se nos recursos que a Procuradoria Geral do Estado, vem interpondo com o objetivo tão somente de postergar essa execução.

O Processo da URV já tem mais de 14 anos que foi proposto.

A URV foi instituída pelo Plano Real em 1994. iniciada por 743 servidores que entraram com um processo administrativo. Este mesmo grupo, procurou o Sindicato, que entrou com uma Ação Judicial Coletiva em nome de todos os filiados, e obteve êxito, com uma deci-

GOVERNIVEIS E URV,
só depende de você!
Corrija esta Injustiça.
Sindicato dos Servidores do
Poder Judiciário (Sindiseri)

são favorável estendendo a URV a todos os servidores do judiciário sergipano. O processo foi julgado favorável aos servidores. Ganhamos a Ação cuja sentença transitou em julgado e entramos com a execução da sentença, que foi embargada pela Procuradoria Geral do Estado. Acontece porém, que deveria ocorrer o julgamento pelo Pleno do TJ/SE, mas alguns desembargadores declararam-se impedidos e consequentemente não houve julgamento por falta de quorum e o processo foi remetido para o STF. O STF julgou favorável em parte pois no seu entendimento tratava-se de uma Ação que deveria ser julgada pelo próprio Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe.O TJ/SE indeferiu os embargos à execução do Estado, o qual ao tomar conhecimento da sentença de julgamento, entrou com Embargos

Declaratórios, Assim, após vários anos, o Pleno do Tribunal de Justica continua a receber recursos meramente protelatórios impetrados pelo Estado, impedindo que se cumpra a Execução. É de chamar a atenção que durante esses longos 14 anos muitos servidores já faleceram sem receberem os seus direitos. Sergipe é o único Estado que não resolveu ainda a questão da URV e o único empecilho para o pagamento é a PGE (Procuradoria Geral do Estado). Por essa razão, estamos levando os detalhes destes Processos ao conhecimento de todos para que juntos possamos reinvindicar ao Governador do Estado o pagamento dos Interníveis e da URV, para que o Estado de Sergipe tenha uma Justiça que não cometa injusticas!!! GOVERNADOR, CORRIJA ESTA INJUSTIÇA, INTERNIVEIS E URV SÓ DEPENDE DE VOCE!!!!!!!

Com a participação do SINDISERJ e organizada por seis centrais sindicais entre elas a CUT e a CTB, ontem foi realizada uma manifestação seguida de passeata, contra a crise econômica e o desemprego. Os manifestantes se concentraram na praça da Bandeira, e em seguida, saíram em passeata até o centro da cidade onde protestaram em frente a Câmara Municipal e a Assembléia Legislativa.

José Souza Presidente do Sindicato dos Bancários falou que, no momento de festa, o trabalhador é deixado de fora, mas quando a crise se instala o Estado é chamado pelos empresários para socorrê-los. " E o que é o pior: o Estado se curva a pressão e penaliza o trabalhador reduzindo as verbas do orçamento destinadas a saúde, educação e segurança" acrescentando que o estado ao atender a pressão do patrona-



to, não utiliza a mesma política em favor do trabalhador.

O Sindiserj teve participação de destaque no protesto, através dos seus diretores Anselmo Cardoso e Paulo Roberto que estiveram participando ativamente de todo o movimento.



SINDISERJ E PGE TENTAM ENCONTRAR SOLUÇÃO NEGOCIADA PARA URV

O Sindiserj e a Procuradoria Geral do Estado estiveram reunidos nesta segunda. feira dia 30.03, para tentar encontrar uma solução negociada para o pagamento da URV, antiga reinvindicação da categoria dos serventuários da justica estadual. O sindicato que esteve representado pela sua assessoria jurídica, por um dos seus diretores e da sua assessoria de comunicação, saju satisfeito com o tratamento dispensado pelos procuradores do Estado. Ficou combinado no encontro que será feita uma atualização da dívida atual do estado para com os servidores, e será marcado um novo encontro (reunião), para que as partes possam discutir como poderá ser feito o pagamento da dívida do estado com a categoria. Alertamos ao servidor que não existe acordo entre o Sindiserj e o Estado, o sindicato está procurando através dos meios legais, chegar a um bom termo no que tange o nosso direito da URV.

Ligue para o SINDISERJ (79) 3211-7857 e saiba o valor atualizado da sua URV!

PRESIDENTE DA CAMARA DOS DEPUTADOS GARANTE ANDAMENTO DA PEC 190

. O presidente da Câmara dos Deputados, Michel Temer, recebeu em seu gabinete, na noite desta terça-feira (24), a presidente da Federação Nacional dos Servidores do Judiciário nos Estados (Fenajud), Maria José Silva, e diretores de Sindicatos regionais para discutir o andamento da PEC 190/07, que trata do Estatuto dos Servidores do Judiciário Nacional.

Os sindicalistas entregaram ao deputado, ofício solicitando a instalação da Comissão Especial que analisará o mérito da proposta, que busca inserir no texto constitucional o artigo 93-A para instituir e regulamentar o estatuto.

Diante da reivindicação dos servidores, Temer dará os devidos encaminhamentos para que seja instalada a Comissão Especial nos próximos dias. Após o ato de designação da comissão, os líderes partidários indicarão os seus componentes. Adiantando essa etapa, a Fenajud já está em contato com o representantes partidários para encaminhar a proposta.

O autor da PEC, deputado Flávio Dino, se comprometeu a ajudar na articulação da formação da Comissão Especial juntamente com a co-autora deputada Alice Portugal.

Numa outra linha de ação, o presidente do SINJUR/RO (Servidores de Rondônia) Israel Borges, teve audiência com o presidente do Senado José Sarney e na oportunidade também trataram do assunto da PEC 190, que trata basicamente da unificação das carreiras do Poder Judiciário de todas as unidades federativas.

CONHEÇA A PAUTA DE REIVINDICAÇÕES ENTREGUE AO PRESIDENTE DO TJ/SE NA 1º REUNIÃO COM A DIRETORIA DO SEINDISERJ

- O cumprimento imediato da Lei 2.820, de 1990. (Aplicação imediata do art. 15 e 18 da Lei nº 2.820/90.
- Pagamento indenizatório dos "interníveis";
- 3) Pagamento indenizatório da URV;
- 4) PLANO DE CARREIRA JUSTO com negociação democrática e transparente;



- 5) Reposição salarial das perdas acumuladas nos últimos 15 anos em cerca de 45% (quarenta e cinco por cento);
- 6) Reajuste real do auxílio saúde, bem como do auxilio alimentação, com a percepção deste nas férias, licenças, acabando com o redutor;
 - 7) Revogação do Banco de horas e pagamento de Horas extras;
 - 8) Modificação das regras de remoção;
 - 9) Modificação das regras de avaliação de desempenho;
- 10) Aplicação das disposições normativas acerca da saúde do trabalho (Exemplo: Implementação das normas do Ministério do Trabalho sobre saúde do trabalhador que lida diariamente com digitação);
 - 11) Atuação contra o assédio moral;
- 12) Descentralização da formação profissional com adequação à realidade dos servidores:
- 13) Anulação dos atos de perseguição contra servidores e diretores do Sindiserj, tais como: Acabar com o excesso de punições geradas pela falta de apoio e orientação aos servidores oriundas de motivos singelos tais como a falta de assinatura em carimbos nos processos, bem como restabelecer a remuneração integral dos diretores do SINDISERJ que estão liberados para exercerem suas atividades no SINDICATO (conforme autoriza a Constituição Federal e Estadual), e efetuar o pagamento retroativo das verbas indevidamente descontadas.
- 14) Instalação de toldos para cobertura nos estacionamentos de todos os fóruns do Estado de Sergipe. Especialmente no Fórum Gumersindo Bessa com a instalação de um corredor coberto ligando o estacionamento dos servidores ao fórum devido a grande distância, ao calor no verão e a chuva no inverno.
- 15) Estudos mais apurados quanto as condições de insalubridade as quais estão sujeitos os servidores que trabalham nos cartórios e manuseiam documentos sob condições insalubres para recebimento da devida remuneração. A exemplo dos servidores que trabalham no Arquivo Judiciário.
- 16) Cessar as contratações excessivas de trabalhadores terceirizados, especialmente para exercitar suas atividades laborativas em funções exclusivas de funcionários públicos com vinculo efetivo mediante concurso público
- 17) Cessar as nomeações de cargos comissionados e promover reforma administrativa para redução dos quadros dos cargos comissionados que se apresentam em quantidade desproporcional no TJ/SE.
- 18) Cessar as requisições de servidores de outros órgãos (Prefeitura e Estado) para substituir servidores efetivos do quadro do TJ/SE, especialmente exercendo atribuições indevidas como vigilante, verificar que atualmente existem requisitados recebendo remuneração do órgão de origem e do TJ/SE.
- 19) Reenquadramento no cargo de Oficial de Justiça dos servidores que fizeram concurso para este cargo e hoje estão classificados como Técnico Judiciário, ante várias decisões judiciais favoráveis, nas quais os beneficiados têm renunciado a percepção dos valores retroativos.
- 20) Criação do Auxílio Creche para os servidores do TJ/SE, que tiverem dependentes com idade superior a 04 meses e inferior a 07 anos a exemplo de outros Tribunais Estaduais como o de Santa Catarina (Resolução nº 091/2001 GP).